

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/16 (Em MR\$, exceto quando especificado)

Carta do Diretor de Relações com Investidores. Srs. Acionistas, Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações Financeiras da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Macapá" ou "Cia."), com Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao período findo em 31/12/17. A Macapá registrou em 31/12/17 resultado operacional de R\$ 109.943. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$ 75.287 e despesas gerais e administrativas no valor de R\$ 19.808. Com isso, o lucro líquido do período de 2017 foi de R\$ 8.992, em consonância com o orçamento da Cia. e as expectativas da diretoria. A Cia. apresentou, em 2017, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e LP. A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal. **Juan Ramon Jimenez Mogollon - Diretor de Relações com Investidores. Histórico.** A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Cia."), S.A. de capital aberto, foi constituída em 7/07/08 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e Pará. A Macapá é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S.A. que detém 87% do capital social da Cia. e os outros 13% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. A Cia. tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. No dia 16/10/08, a Cia. assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/08 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos seguintes trechos: linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato estabelece uma Receita Anual Permitida ("RAP" de R\$ 71.880, sendo reajustada anualmente pela ANEEL. De acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258, a ANEEL reajustou a RAP para o período de 1º/07/17 a 30/06/18 para R\$ 117.130. Conforme Despacho nº 2.643 de 4/10/16, foi aprovado uma receita adicional de R\$ 127.286 correspondente a 410 dias de RAP não recebida, em função de atrasos, no qual Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, concluiu que não foram de responsabilidade da Transmissora. **Composição Acionária.** O capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$ 650.328, representado por 650.328 milhões de ações ordinárias. A composição do capital social subscrito da Cia. é como se segue:

Funcão	Disponibilidade
CONC.	
Transmissao (Por Tipo e Nivel de Tensao)	2016 2017 Jan/17 a Dez/17 Dezembro/17
LT 500 kV	99,8716% 99,9984% 99,9984% 99,9900%
BCS 500kV	99,9109% 99,7750% 99,7750% 100,0000%
RT 500 kV	99,9966% 99,8912% 99,8912% 100,0000%
ATR 500/138 kV	99,9989% 100,0000% 100,0000% 100,0000%
CE 500 kV	99,5649% 99,9927% 99,9927% 100,0000%
TR 230/69 kV	99,3684% 98,6633% 98,6633% 100,0000%
LT 230 kV	99,9994% 99,9972% 99,9972% 100,0000%
CE 230 kV	99,7937% 99,9137% 99,9137% 100,0000%
LMTE	
CE 500 kV	5 3 3 0
TR 230/69 kV	0,4 0,41 0,41 0
LT 230 kV	2,25 3 3 0
CE 230 kV	0 3 3 0

A linha de transmissão sofreu um pequeno desligamento automático em dezembro de 2017 e alguns durante o ano de 2017, resultando nos indicadores da tabela abaixo para o período acumulado dos últimos 12 meses e comparado com 2016.

Funcão	Taxa de Falha
CONC.	
Transmissao (Por Tipo e Nivel de Tensao)	2016 2017 Jan/17 a Dez/17 Dezembro/17
LT 500 kV	0,86 1,28 1,28 0,14
BCS 500kV	0 0,25 0,25 0
RT 500 kV	1 0 0 0
ATR 500/138 kV	1 0 0 0
CE 500 kV	5 3 3 0
TR 230/69 kV	0,4 0,41 0,41 0
LT 230 kV	2,25 3 3 0
CE 230 kV	0 3 3 0

Entendendo a necessidade da manutenção de programas ambientais na fase de operação, e em consonância com as condicionantes da Licença de Operação, a LMTE desenvolve, na área de influência do empreendimento, diversos programas e ações ambientais, para identificar e/ou monitorar possíveis impactos advindos da operação do empreendimento. **Desempenho Econômico-Financeiro.** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM - CVM. A Cia. aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras, em todos os exercícios apresentados. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Cia. adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil. Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as variações significativas nas demonstrações de resultado da Cia. (Em MR\$):

Demonstrações do Resultado (Em Milhares de R\$, Exceto Percentuais)

	Em 31 de Dezembro		Variação	
	2017	2016	2017	2016
Receita Operacional Líquida	132.487	348.152	ROL	ROL
Custo dos Serviços Prestados	(22.544)	(12.044)	(17,02)	(3,46)
Lucro Bruto	109.943	336.108	82,98	96,54
(Despesas) Receitas Operacionais Gerais e Administrativas	(19.808)	(10.139)	(14,95)	(2,91)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	90.135	325.969	68,03	93,63
Receitas Financeiras	1.169	1.970	0,88	0,57
Despesas Financeiras	(76.456)	(86.870)	(57,71)	(24,95)
Total do Resultado Financeiro Líquido	(75.287)	(84.900)	(56,83)	(24,39)
Lucro Antes do IR e CS	14.848	241.069	11,21	69,24
IR e CS	(5.856)	(81.976)	(4,42)	(23,55)
Lucro Líquido do Período	8.992	159.092	6,79	45,70

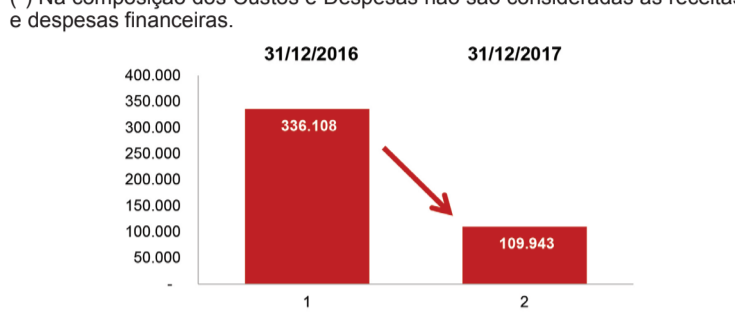
Receita Operacional Líquida **132.487** mil em dezembro de 2017 se comparada com R\$ 348.152 mil em 31/12/16. A atualização das receitas pelo IPCA em 2017, conforme previsto no contrato de concessão, impactou de forma mais representativa a variação considerando que, compara-

da a inflação de 2016 (9,32%), a taxa de 2017 (3,60%) foi 61% menor.

Custos dos serviços prestados. A variação nos custos dos serviços prestados deve-se basicamente ao aumento dos custos de manutenção na subestação. **EBITDA.** A Composição do EBITDA de 31/12/17, bem como do mesmo período de 2016 é de:

(em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro 2017	2016	% Variação 2017/2016
Receita Operacional Líquida	132.487	348.152	(61,95)
(-) Custos e Despesas (*)	(22.544)	(12.044)	87,18
EBITDA	109.943	336.108	(67,29)
Margem EBITDA	82,98%	96,54%	(14,04)

(*) Na composição dos Custos e Despesas não são consideradas as receitas e despesas financeiras.



Em linhas gerais o EBITDA representa o quanto a empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais, é o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. A variação negativa de 67,29% do EBITDA deve-se, principalmente, a redução da receita operacional. Da mesma forma a margem do EBITDA apresentou uma redução, passando de 96,54% em dezembro de 2016 para 82,98% em dezembro de 2017. **Resultado Financeiro.** A variação no resultado financeiro deve-se basicamente às despesas financeiras, que diminuíram 11,99%, atingindo R\$ 76.456 mil em dezembro de 2017 contra R\$ 86.870 mil em dezembro de 2016, devido, basicamente, à redução da dívida. **Resultado do Período.** O resultado do período é obtido pela diferença entre todas as receitas e despesas do período. Como consequência combinação de todos os efeitos anteriormente mencionados, o lucro líquido em 31 de dezembro alcançou R\$ 8.992 mil, apresentando uma redução de 94,35% em relação ao mesmo período de 2016. **Audidores Independentes.** Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14/01/2003, a Cia. declara que mantém contratada a PHF – Auditores Independentes S/S para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício 2017. A PHF – Auditores Independentes S/S desde então prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% do valor do contrato. A política de atuação da Cia., quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos.** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos Srs. membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor. **A ADMINISTRAÇÃO**

Balanco Patrimonial (Em MR\$)

	31/12/17	31/12/16
Ativo	2.302.584	2.299.456
Circulante	210.069	232.559
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	4.286	450
Clientes (Nota 8)	27.609	26.209
Impostos a recuperar	1.878	1.277
Ativo financeiro – concessão (Nota 9)	173.330	203.581
Despesas pagas antecipadamente (Nota 12)	333	420
Outros ativos	2.633	622
Não circulante	2.092.515	2.066.897
Ativo financeiro – concessão (Nota 9)	2.020.104	2.045.478
Adiantamentos a fornecedores (Nota 7)	4.409	4.352
Depósitos judiciais (Nota 10)	443	188
Partes relacionadas (Nota 13)	56.670	168
Caixa restrito (Nota 11)	9.829	9.373
Títulos de renda fixa	19	5.073
Imobilizado, líquido	2.091.474	2.064.632
1.041	2.265	
Passivo e patrimônio líquido	2.302.584	2.299.456
Circulante	179.942	132.278
Fornecedores (Nota 14)	10.525	8.399
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	154.315	110.143
Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 16)	12.715	12.396
Outros	2.387	1.340
Não circulante	1.080.358	1.168.729
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	673.695	760.379
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 19 b)	194.417	191.636
PIS e COFINS diferidos (Nota 18)	205.669	210.934
Provisões (Nota 17)	6.577	5.780
Patrimônio líquido (Nota 20)	1.042.284	998.448
Capital social	650.328	618.367
Reserva legal	18.442	17.992
Reserva de capital	39.485	20.249
Reserva especial de dividendos	334.029	341.840

Demonstração do resultado Exercícios em 31/12 (Em MR\$)

	2017	2016
Receitas	2017	2016
Prestação de serviços (Nota 22)	132.487	348.152
Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma	(22.544)	(12.044)
Custo de operação e manutenção (Nota 23)	(22.544)	(12.044)
Lucro bruto	109.943	336.108
Despesas gerais e administrativas (Nota 23)	(19.808)	(10.139)
Lucro operacional	90.135	325.969
Despesas financeiras (Nota 24)	(76.456)	(86.870)
Receitas financeiras (Nota 24)	1.169	1.970
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(75.287)	(84.900)
Lucro antes do IR e do CS	14.848	241.069
IR e CS diferidos (Nota 19 a))	(5.856)	(81.976)
Lucro líquido do exercício	8.992	159.092
Lucro por lote de mil ações - R\$	13.83	257.27

Demonstração do valor adicionado Exercícios em 31/12 (Em MR\$)

	2017	2016
Receitas	2017	2016
Prestação de serviços (Nota 22)	154.875	389.941
Insumos adquiridos de terceiros	(22.544)	(12.044)
Custo de operação e manutenção (Nota 23)	(22.544)	(12.044)
Serviço de terceiro (Nota 23)	(15.285)	(7.484)
Valor adicionado bruto	117.046	370.413
Valor adicionado líquido produzido	117.046	370.413
Valor adicionado recebido em transferência	1.169	1.970
Receitas financeiras (Nota 24)	1.169	1.970
Valor adicionado total a distribuir	118.215	372.383
Distribuição do valor adicionado	118.215	372.383
Pessoal (Nota 23)	(4.523)	(2.655)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 19a) e 22)	(28.244)	(123.766)
Juros e variações cambiais (Nota 24)	(76.456)	(86.870)
Lucros retidos no exercício	(8.992)	(159.092)
Valor adicionado retido	(118.215)	(372.383)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios em 31/12 (Em MR\$)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	8.992	159.092
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	8.992	159.092

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios em 31/12 (Em MR\$)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais	8.992	159.092
Lucro líquido do exercício	8.992	159.092
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
IR e CS diferidos (Nota 19 a))	5.856	81.976
Pis e Cofins diferidos (Nota 18)	(5.265)	20.850
Remuneração do ativo financeiro (Nota 9)	(147.375)	(386.249)
Juros dos empréstimos	74.557	85.167
Provisões (Nota 17)	797	(5.696)
Outros	964	963
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(601)	1.751
Clientes (Nota 8)	(1.400)	(9.396)
Adiantamentos a fornecedores (Nota 7)	(57)	12.266
Despesas antecipadas (Nota 12)	87	113
Depósito judiciais (Nota 10)	(255)	(188)
Outros ativos	(787)	(1.000)
Fornecedores (Nota 14)	2.126	(13.271)
Partes relacionadas (Nota 13)	(56.502)	(16.201)
Outros passivos	318	(1.045)
Impostos e contribuições a recolher (Nota 16)	1.046	(1.210)
Caixa aplicado nas operações	(117.499)	(72.077)
Juros pagos	(25.998)	(31.662)
IR e CS pagos (Nota 19b))	(3.075)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(146.572)	(103.739)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativo financeiro – recebimento (Nota 9)	203.000	159.845
Caixa restrito (Nota 11)	(456)	(3.916)
Dividendos aprovados (Nota 20c))	(16.352)	-
Títulos de renda fixa	5.054	(117)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	191.246	155.812
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos	5.000	-
Pagamento de empréstimos	(40.838)	(26.977)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(14.483)
Caixa líquido aplicado nas ativ. de financiamento	(40.838)	(56.397)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa, líquidos	3.836	(4.324)
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício (Nota 6)	450	4.774
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício (Nota 6)	4.286	450

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 25 a).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12/17

Seção A - Informações gerais. 1.1 Contexto operacional.

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Cia."), S.A. de capital aberto, foi constituída em 7/07/08 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Cia. encontra-se em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Isolux Energia e Participações S.A. detém 87% do capital social da Cia. Os outros 13% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19/02/18. **1.2 Concessão.** Em 27/06/08 a Isolux Engenharia S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/08, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B, linha Oriximiná-Macapá. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 8/10/08, foi publicado no Diário Oficial da União de 9/10/08. No dia 16/10/08, a Cia. assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/08 ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos seguintes trechos: linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); pela subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações entraram em operação comercial em 12/06/13 (Tramo de 500 kV) e em 22/01/14 (Tramo 230 kV). A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 71.880 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Cia. Em 27/06/17, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258, estabeleceu a receita anual da Cia. em R\$ 117.130, para o período de 1º/07/17 a 30/06/18. Conforme Despacho nº 2.643 de 4/10/16, foi aprovado uma receita adicional de 127.286 correspondente a 410 dias de RAP não recebida em função de atrasos, no qual Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, concluiu que não foram de responsabilidade da Transmissora. A receita que será facturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradores e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3 Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis da Cia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, estão apresentadas na nota 27. **1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações. Normas novas que ainda não entraram em vigor.** A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º/01/17. As alterações não tiveram impacto materiais para a Cia. • **CPC 03/IAS 07 - Demonstração dos Fluxos de Caixa** - Essa alteração introduz uma divulgação adicional que pretende permitir aos

prestados e o seu preço; e (ii) O concedente controle - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 Contratos de Construção e CPC 30 Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos. O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Cia. são descritos abaixo: A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Cia. faz parte. A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois: (i) A Receita Anual Permitida, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão; e (ii) O poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é apurado quando a construção é finalizada, consequentemente reconhecido pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Cia. considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção.

Valor do ativo financeiro	2.193.434	2.249.059
Margem de construção (%)	2	2
Inflação prevista (%)	4,5	4,5
Taxa de remuneração do contrato (%)	7,69	7,69

3 Gestão de risco financeiro. 3.1 Fatores de risco financeiro. As atividades da Cia. a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros e riscos operacionais. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ ratings
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Risco de mercado. A utilização de instrumentos financeiros pela Cia. tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Cia. e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Cia. está exposta são os seguintes: • Riscos relacionados às aplicações financeiras. A Cia. adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários. • Riscos relacionados às taxas de juros. A Cia. está exposta a riscos relacionados à taxa de juros uma vez que possui debêntures e financiamentos com taxas de juros pós fixadas. **b) Risco de crédito.** Salvo pelo ativo financeiro e pelas contas a receber de clientes, a Cia. não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Interligador Nacional (SIN) de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo. **c) Risco de liquidez.** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Cia., sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Cia. é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Cia., por balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Fornecedores	10.525	-	-	-	10.525
Empréstimos e financiamentos	154.315	116.524	111.984	445.187	828.010
	164.840	116.524	111.984	445.187	838.535

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Cia. está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Cia. no exercício, levando em consideração o exercício projetado para essa avaliação são sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável é uma variação de 0,5% nas taxas de juros, conforme expectativa de mercado. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final do exercício de relatório. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Apresentamos abaixo os possíveis impactos. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Cia. conforme descrito a seguir:

• Cenário provável: manutenção dos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31/12/17. • Cenário 1: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31/12/17. • Cenário 2: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31/12/17.

Indicadores	Ativo	Passivo	Efeito estimado no lucro líquido e patrimônio líquido	
			Ativo (passivo) exercido	Taxa efetiva do exercício %
Cenário provável				
Risco de taxa de juros				
99% CDI	9.829	-	9.829	6,92
TR + 0,5%	19	-	19	6,50
TJLP + 1%	(621.711)	(621.711)	8,00	(49,737)
Taxa fixa 8,5% a.a.	(178.792)	(178.792)	8,50	(15,197)
CDI + 7,18% a.a.	(14.832)	(14.832)	14,18	(2,103)
CDI + 6,5% a.a.	(22.229)	(22.229)	13,49	(2,999)
CDI + 7,1864%	(2.963)	(2.963)	14,18	(4,20)
	9.848	(840.527)	(830.679)	(69,775)

Indicadores	Ativo	Passivo	Efeito estimado no lucro líquido e patrimônio líquido	
			Ativo (passivo) exercido	Taxa efetiva do exercício %
Cenário 1				
Risco de taxa de juros				
99% CDI	9.829	-	9.829	8,65
TR + 0,5%	19	-	19	8,13
TJLP + 1%	(621.711)	(621.711)	10,00	(62,171)
Taxa fixa 8,5% a.a.	(178.792)	(178.792)	10,63	(22,605)
CDI + 7,18% a.a.	(14.832)	(14.832)	17,72	(9,028)
CDI + 6,5% a.a.	(22.229)	(22.229)	16,86	(3,748)
CDI + 7,1864%	(2.963)	(2.963)	17,72	(5,25)
	9.848	(840.527)	(830.679)	(87,226)

Indicadores	Ativo	Passivo	Efeito estimado no lucro líquido e patrimônio líquido	
			Ativo (passivo) exercido	Taxa efetiva do exercício %
Cenário 2				
Risco de taxa de juros				
99% CDI	9.829	-	9.829	10,38
TR + 0,5%	19	-	19	9,75
TJLP + 1%	(621.711)	(621.711)	12,00	(74,605)
Taxa fixa 8,5% a.a.	(178.792)	(178.792)	12,75	(22,796)
CDI + 7,18% a.a.	(14.832)	(14.832)	21,26	(3,153)
CDI + 6,5% a.a.	(22.229)	(22.229)	20,24	(4,499)
CDI + 7,1864%	(2.963)	(2.963)	21,26	(6,30)
	9.848	(840.527)	(830.679)	(104,662)

e) Risco de taxa de juros. A Cia. está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação do CDI. **f) Riscos operacionais.** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Cia. e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos. Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço, a Cia. estará sujeita à redução de suas receitas através da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos

serviços. Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Cia. expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Risco técnico: a infraestrutura da Cia. é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Cia., ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). Durante os exercícios findos em 2016 e 2017 a Cia. não operou com instrumentos financeiros derivativos. **3.2 Gestão de capital.** Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Cia., a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Cias. do setor, a Cia. monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e LPs, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

Total dos empréstimos (Nota 15)	828.010	870.522
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(4.286)	(450)
Dívida líquida	823.724	870.072
Total do patrimônio líquido	1.042.284	998.448
Total do capital	1.866.008	1.868.520
Índice de alavancagem financeira %	44	47

3.3 Estimativa do valor justo. A Cia. efetua uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, em 31/12/17, conforme abaixo demonstrado • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31/12/17, a Cia. possui dois ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – os saldos de títulos de renda fixa e caixa restrito que montam, nesta data, respectivamente, R\$ 19 (2016 - R\$ 5.073) e R\$ 9.829 (2016 - R\$ 9.373) que são classificados como nível 2. **Seção C – Notas explicativas relevantes selecionadas. 4 Instrumentos financeiros por categoria**

	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.286	4.286
Ativo financeiro	-	2.193.434	2.193.434
Caixa restrito	9.829	-	9.829
Títulos de renda fixa	19	-	19
Partes relacionadas	-	56.670	56.670
Depósitos judiciais e outros ativos	-	3.076	3.076
	9.848	2.257.466	2.267.314
		Empréstimos e recebíveis	Total
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos		828.010	828.010
Provisões		6.577	6.577
Fornecedores e outros passivos		12.912	12.912
		847.499	847.499

a) Ativo financeiro da concessão. Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Cia. no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia., onde: • O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada nos anos 5, 10 e 15 em função do custo de capital. Geralmente, a RAP de qualquer Cia. de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Cia., a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Considerando que a Cia. não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. **b) Valorização dos instrumentos financeiros.** A Cia. opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Cia., em 31/12/17 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação: **c) Financiamentos.** O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros de operações similares nas condições atuais. A Cia. possui operações de empréstimos e financiamentos que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a LP (Banco da Amazônia S.A. e SUDAM). Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de LP com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de LP, normalmente estão Ltda.s a estas instituições. O valor contabilizado dos empréstimos aproximam-se do valor justo em 31/12/17, pois a administração considera que não houve oscilação significativa nas taxas de mercado para aplicação nos financiamentos obtidos pela Cia. **5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros.** A qualidade do crédito dos ativos financeiros que estão vencidos é avaliada mediante às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes (Nota 2.1 b)). Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

	2017	2016
Caixa	3	-
Bancos	4.284	450
	4.286	450

7 Adiantamentos a fornecedores. Em 31/12/17 e 31/12/16, o saldos de adiantamentos a fornecedores vinculados à construção da infraestrutura do contrato inicial correspondem a:

	2017	2016
Fornecedor de materiais	6.606	6.596
Fornecedor de serviços	3.253	3.311
Outros fornecedores	968	863
(-) Provisão para perda (i)	(6.418)	(6.418)
	4.409	4.352

(i) Refere-se a provisão para perda de saldos adiantados a fornecedores de materiais para os quais a Cia. não possui expectativa de recuperação.

	2017	2016
8 Clientes		
A vencer	21.771	18.602
Vencidas até 30 dias	177	106
Vencidas de 30 até 365 dias	492	2.662
Vencidas há mais de 365 dias	5.169	4.839
	27.609	26.209

A Cia. não registra provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, uma vez que, no caso de inadimplência, a Cia. como agente de transmissão, solicitou a ONS o acionamento centralizado de garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança.

9 Ativo financeiro – concessão. Ativo financeiro oriundo da concessão

	2017	2016
Circulante	173.330	203.581
Não circulante	2.020.104	2.045.478
	2.193.434	2.249.059

Movimentação:

	2017	2016
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.249.059	2.022.655
Remuneração do ativo financeiro	147.375	386.249
Recebimento	(203.000)	(159.845)
	2.193.434	2.249.059

10 Depósitos judiciais. O saldo refere-se, basicamente, a depósitos judiciais trabalhistas. **11 Caixa restrito.** Refere-se à conta reserva estabelecida em garantia do contrato de empréstimo do FDA e FNO. **Instituição financeira**

	2017	2016
Banco da Amazônia S.A.	CDB	9.829
		9.373

A aplicação é remunerada a 99% do CDI e tem vencimento em 14/05/18, porém devido a sua característica de garantia de empréstimo, está classificado em LP. A conta reserva deverá ter o valor equivalente a uma quota semestral do serviço da dívida vencida para o FDA e três meses do serviço da dívida vencida para o FNO. **12 Despesas pagas antecipadamente.** O saldo em 31/12/17, refere-se principalmente aos seguros contratados. **13 Partes relacionadas.** A Cia. possui os seguintes saldos em aberto de operações com partes relacionadas:

	2017	2016
Isolux Energia e Participações S.A. (i)	57.236	(238)
Plena Operação e Manutenção Ltda	600	406
Outros	(1.166)	-
	56.670	168

(i) Refere-se a investimento para obras de suas controladas. **a) Remuneração do pessoal-chave da administração.** A remuneração paga por serviços do pessoal-chave da administração em 31/12/17 foi de R\$ 578 correspondentes a salários e encargos.

	2017	2016
14 Fornecedores		
Fornecedores de materiais	2.471	3.837
Fornecedores de serviços	6.979	2.824
Outros	1.075	1.738
	10.525	8.399

15 Empréstimos e financiamentos. Posição de empréstimos e financiamentos em 31/12/17:

	2017	2016
Circulante		
Empréstimos bancários (i)	32.370	42.583
FDA e FNO (iii)	121.945	67.560
	154.315	110.143

	2017	2016
Não circulante		
Empréstimos bancários (i)	7.654	36.931
FDA e FNO (iii)	678.557	736.928
Custo de transação (ii)	(12.516)	(13.480)
	673.695	760.379
	828.010	870.522

Total dos empréstimos
(i) Empréstimos bancários. As taxas de juros dos empréstimos variam entre 8% e 16% ao ano, incluindo o CDI e a TJLP quando aplicado ao contrato. (ii) **Custos de transação (comissões bancárias e IOF).** Estes custos são compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas no exercício de 2014 e 2013 e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao longo da vigência dos referidos créditos. (iii) **Créditos de LP.** A Cia. emitiu debêntures em 2010 (debêntures de primeira emissão privada convertíveis em dívida em quatro séries da espécie com garantia real e fidejussória) sendo 100% das debêntures subscritas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, gerido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, com as seguintes características: Valor: R\$ 569.568; Prazo: 240 meses; Encargos: TJLP + 1,0 % a.a. A primeira prestação foi paga em outubro de 2014 e as demais a cada seis meses, vencendo-se a última prestação em outubro de 2030 Em 30/12/10 foi assinado o contrato de financiamento com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) gerido pelo Banco da Amazônia – BASA, nos seguintes termos: Valor: R\$ 142.722; Prazo: 240 meses; Encargos: Fixo: 10% a.a. A primeira prestação foi paga no dia 10/03/15 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vencendo a última prestação em janeiro de 2031. (iv) **Garantias concedidas.** Fianças corporativas emitidas pela Isolux Energia e Participações S.A. e pelo Grup Isolux Corsán S.A. Para os créditos de LP, foram dados em garantia os recebíveis do contrato de concessão e o penhor das ações. As posições dos empréstimos e financiamentos e das amortizações do saldo de LP, a partir de 2018 obedecem ao seguinte escalonamento anual, desconsiderando o custo de transação: **Exercício - Amortização não circulante:** 2019: 61.977; 2020: 55.510; 2021: 55.510; 2022: 55.510; De 2022 em diante: 445.187; Total: **673.695. 16 Impostos, taxas e contribuições a recolher.** Em 31/12/17, o saldo de impostos, taxas e contribuições a recolher é composto da seguinte forma:

	2017
--	------

financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **27.1 Descrição das principais práticas contábeis adotadas. 27.1.1 Conversão de moeda estrangeira. a) Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas informações trimestrais da Cia. são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Cia. atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cia. **b) Transações e saldos.** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **27.2 Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **27.3 Instrumentos financeiros. 27.3.1 Classificação e mensuração.** A Cia. classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **27.3.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. (i) **Empréstimos e recebíveis.** Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Cia. compreendem o ativo financeiro decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. (ii) **Valor justo.** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Cia. estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Cia. avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado. **27.3.3 Ativo financeiro da concessão.** Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Cia. no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia., onde: • O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer contrato de transmissão está

sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. **27.4 Despesas antecipadas.** Os custos de transação relacionados à contratação dos empréstimos ficam como despesas antecipadas no ativo até o recebimento do empréstimo. A partir do recebimento, são transferidos para o passivo financeiro reduzindo o saldo inicial e alterando a taxa de juros. **27.5 Fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **27.6 Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Esses custos vão reduzir o saldo inicial e alterar a taxa de juros. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”). **27.7 Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **27.8 Demais ativos e passivos.** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses. **27.9 IR e contribuição social corrente e diferidos.** As despesas de IR e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O IR e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o IR e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A análise dessa recuperação leva em consideração as atividades que serão efetuadas pela Cia. bem como as características respectivas do contrato de concessão que permitirão as realizações dos impostos diferidos ativos. **27.10 Reconhecimento de Receita.** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 Contratos de Construção. Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no exercício no qual os serviços são prestados pela Cia. Quando a Cia. presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. O detalhamento do reconhecimento da receita em conformidade com o ICPC 01 está descrito na Nota 2.3. A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Cia. e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método da taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **27.11 Encargos regu-**

latórios. Os montantes faturados pela Cia. estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Reserva Geral de Reversão (“RGR”) encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação de serviço de eletricidade, limitado a 3% da receita anual. • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (“TF-SEE”) taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. Estes encargos são reconhecidos como componente da receita operacional líquida (Nota 22). **27.12 Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais.** Quando a Cia. emite instrumentos patrimoniais próprios e os entrega a seus credores com o intuito de extinguir a totalidade ou parte de um passivo financeiro, tais instrumentos patrimoniais são inicialmente reconhecidos no patrimônio líquido, mensurados pelo seu valor justo. Se o valor justo dos instrumentos patrimoniais próprios emitidos não puderem ser mensurados, estes devem ser mensurados pelo valor justo do passivo financeiro extinto. **27.13 Dividendos.** A Cia. registra, em bases anuais, os dividendos mínimos obrigatórios como passivo, a menos que esse dividendo mínimo tenha sido efetivamente pago antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório são registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas. Dividendos propostos pela Administração da Cia., em consonância com a Lei das S.A., são divulgados em nota explicativa. **27.14 Normas novas que ainda não estão em vigor.** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **IFRS 9/CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”:** aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º/01/18, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilidade das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e verificou que não possui impactos na Cia. • **IFRS 15/CPC 47 - “Receita de Contratos com Clientes”:** essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º/01/18 e substitui a IAS 11/CPC17 - “Contratos de Construção”, IAS 18/CPC 30 - “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração não espera impactos da adoção da nova norma em 1º/01/18. • **IFRS 16 - “Operações de Arrendamento Mercantil”:** com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. Essa nova norma não é aplicável para a Cia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor.

Juan Ramon Jimenez Mongollon - Diretor Geral
Luciana Borges Araújo Amaral - Diretora Administrativa Financeira
Luciana Brayer Amaral - Diretora Contábil e Fiscal
Juliana Silva Gomes Madureira - Contador - CRC RJ – 116377/0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras da Linha de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“LMTE” ou Cia.), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/17 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. em 31/12/17, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cia. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **1 – Indenização ao término do contrato de concessão.** De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativo fixo tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que a concessionária não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessas infraestruturas, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pela concessionária. No caso do contrato de concessão de transmissão de energia, a Cia. entende que tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como recebíveis e registrado ao valor justo, inclusive dos investimentos vinculados ao Contrato de Concessão ANEEL 009/08. As contas a receber – ativo financeiros – incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimentos de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que a concessionária terá direito quando do término do contrato de concessão. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria-** Nossos procedimentos de auditoria envolveram, avaliação de eficácia operacional dos controles internos implementados pela Cia. sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes, a precisão histórica do cálculo oriundo do modelo dos ativos financeiros, bem como suas principais premissas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Cia. sobre esse assunto. **2 – Extinção de dívidas com emissão em nossa auditoria.** Conforme divulgado na nota explicativa 21 às demonstrações financeiras, em 31/12/17, a Cia. solicitou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM a conversão da dívida e seus respectivos encargos financeiros, referente as debêntures subscritas a favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, contraídos com o agente financeiro Banco da Amazônia S.A., em ações ordinárias com direito a voto. Devido a materialidade dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação e eficácia operacional implementadas pela Cia. sobre a contabilização das debêntures convertidas em ações, recálculo dos montantes envolvidos, confronto com base em documentação externa. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Cia. sobre este assunto. **3 – Cia. está classificada como disponível para venda nas demonstrações financeiras do acionista.** O grupo Isolux Corsan S.A. principal acionista indireto da Cia., vem classificando seus investimentos na América Latina, como disponíveis para venda. A perspectiva de comercialização desses ativos é considerada provável num futuro próximo, baseados em ofertas formais recebidas durante esse exercício. Consideramos este assunto relevante para nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entrevistas com a administração da Cia., documentação adequada para fundamentar o assunto, corroborando com o cenário atual apresentado pela Cia. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/17, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cia., e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo

com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 20/02/18. **PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S** - CRC-PE – 000680/O-0-S - RJ. **Hugo Ferreira da Silva Junior** - Contador – CRC-PE – 0011620/O-S - RJ.